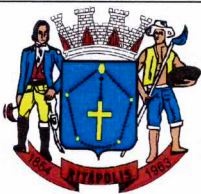


CÂMARA MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

ATA DA 3ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2026, às dezenove horas e dez minutos, no salão nobre do edifício-sede da Câmara Municipal de Ritópolis, situado na Travessa Frei Gotardo Boom, nº 49 – Centro, nesta cidade de Ritópolis, Estado de Minas Gerais, sob a presidência do vereador Gustavo Jr. Assis da Paixão, Presidente da Câmara, e secretariado pelos vereadores Sormani Jesus de Oliveira (1º Secretário) e Júlio Cezar Santos (2º Secretário), com a presença dos vereadores Luiz Paulo da Silva, Matheus Antônio Resende de Almeida, Anna Paula Vieira Neto, Edir Bonifácio Silva Santos, Maryele Dayana Reis Ribeiro e ausência justificada do vereador Bruno Amaral Santos, deu-se início à 3ª Sessão Ordinária da 2ª Sessão Legislativa da 16ª Legislatura. O Presidente convidou a todos a ficarem de pé para a realização da oração de costume. Havendo quórum regimental, declarou, em nome de Deus, aberta a sessão. Em seguida, foi feita a leitura da retificação da ata da 2ª Sessão Ordinária e da ata da 1ª Sessão Extraordinária de sessões anteriores, as quais foram aprovadas e assinadas. Logo após, foi realizada a leitura e apreciação do Requerimento nº 05, de 16 de março de 2026, que *“Indica ao Poder Executivo Municipal que avalie a demanda apresentada por municípios referente à existência de terrenos urbanos abandonados ou sem a devida manutenção em diversas regiões do município”*, de autoria do vereador Luiz Paulo da Silva. A indicação foi apreciada, votada e aprovada com 7 (sete) votos favoráveis. Em seguida, foi feita a leitura do Ofício nº 35, de 16 de março de 2026, que *“Solicita a inclusão de um dia dedicado ao público gospel na programação da Exposição Agropecuária de Ritópolis”*, de autoria do vereador Sormani Jesus de Oliveira, sendo o pedido devidamente justificado pelo seu autor. Após finalizadas as apreciações, passou-se à tribuna livre. A senhora Paula Cristina Santos fez uso da palavra em seu direito de resposta, em razão da última sessão ordinária, na qual não pôde se manifestar por não ter realizado o requerimento em tempo hábil. Em sua fala, Paula explicou sua função como funcionária pública da Prefeitura Municipal, destacando que atua no agendamento de consultas não emergenciais. Relatou ter se sentido ofendida diante de exposições feitas sem o devido conhecimento sobre suas atribuições. Informou ainda que protocolou uma representação na Câmara, aguardando sua devida análise, pois, segundo ela, ocorreram trâmites de forma inadequada. Ressaltou que sua iniciativa não foi motivada apenas por sua situação pessoal, mas também em defesa de outros servidores que, muitas vezes, não têm a mesma oportunidade ou coragem de se manifestar na tribuna. Paula também esclareceu a diferença entre atendimentos de urgência e não urgência, enfatizando que, em casos urgentes, o transporte não deve ser realizado por meios comuns, mas sim por meio do SAMU, garantindo assim o atendimento adequado ao paciente. Durante sua fala, respondeu a questionamentos feitos pelo vereador Sormani. Na sequência, o vereador Matheus afirmou que, em nenhum momento, teve a intenção de ofender qualquer pessoa. Caso a senhora Paula tenha se sentido ofendida, apresentou suas desculpas. Destacou que os vereadores são constantemente cobrados pela população e, por isso, também precisam cobrar providências para que melhorias sejam realizadas. Questionou se houve comunicação prévia aos vereadores e à população do Executivo sobre a nova forma de atendimento adotada no município. Matheus acrescentou que não houve qualquer intenção de ofensa aos motoristas, ressaltando que também pertence à categoria e sempre a defendeu. Considera válida a

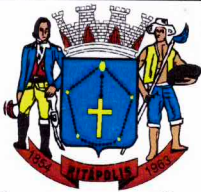
Luiz Paulo da Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

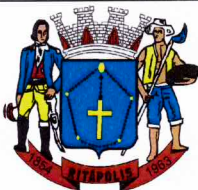
criação de uma vaga para um profissional capacitado que possa atuar junto aos motoristas durante os plantões. Reforçou que seu objetivo não é criticar servidores, mas buscar melhorias para garantir um atendimento adequado à população, que também clama por soluções. Por fim, solicitou maior clareza quanto à definição de responsabilidades no setor de transporte e sobre o funcionamento dos plantões, diante da dificuldade geral em identificar a quem recorrer nessas situações. O vereador Júlio destacou a necessidade de qualificação do município de Ritópolis, ressaltando que cabe aos secretários, em suas respectivas áreas, promover a inscrição do município em programas de capacitação, especialmente na área da saúde. Já o vereador Edir Bonifácio manifestou preocupação com a situação, alertando que o Executivo pode optar por seguir estritamente o que determina a legislação, o que pode resultar na redução de recursos disponíveis à população. Ainda assim, acredita que o debate pode servir como um alerta ao setor de transporte, incentivando a busca por melhorias e maior eficiência no atendimento à população. Na sequência, foi concedida a palavra na tribuna à senhora Chimenne Guimarães Resende. Em sua fala, Chimenne relatou como ocorreu seu convite para atuar na Câmara como assessora jurídica, explicando também como funcionava o exercício dessa função. Informou que trabalhou na Casa Legislativa por cinco anos e que, ao ser convidada pelo então presidente, vereador Sormani, para permanecer no cargo no ano de 2025, sua resposta inicial teria sido negativa, por entender que a continuidade não daria certo. Chimenne destacou ainda que, no dia 1º de janeiro de 2025, esteve presente na Câmara para realizar um estudo sobre quem poderia assumir a presidência sem custos. Relatou que realizou esse trabalho de forma voluntária, sem cobrança de honorários, por consideração ao município. Segundo ela, toda a responsabilidade pela organização da posse dos vereadores recaiu sobre sua atuação, ressaltando que, sem esse trabalho, nem mesmo a posse do prefeito teria ocorrido, fato que, segundo afirmou, é de conhecimento dos vereadores. Chimenne também mencionou que realizou o levantamento de empresas na região aptas a realizar a filmagem e transmissão das sessões da Câmara, encontrando apenas uma empresa com esse tipo de serviço disponível. Informou que, diante disso, foi conduzido um processo de dispensa, respeitando os trâmites legais. Ao tratar do tema principal de sua fala, Chimenne afirmou que compareceu à tribuna para esclarecer questões relacionadas a um veto mencionado em transmissão anterior. Explicou que, ao longo do ano, diversos projetos chegavam à Câmara e que, frequentemente, era necessário que ela realizasse correções técnicas. Relatou que, nos últimos dias do mês de dezembro de 2025, comunicou ao então presidente, vereador Sormani, sobre a chegada de dois vetos referentes a projetos, ocasião em que também apresentou a ele seu arquivo, onde estavam organizados todos os documentos da Câmara. Chimenne enfatizou que preza pela integridade de sua conduta profissional, afirmando não possuir caráter para apagar ou excluir qualquer documento. Por fim, manifestou sua insatisfação com a forma como o assunto foi abordado pelos nove vereadores em transmissão anterior, alegando que a exposição deu a entender, de maneira equivocada, que ela teria sido responsável pelo desaparecimento de documentos. O atual presidente, Gustavo, explicou à assessora jurídica da época, Chimenne, que tanto a presidência quanto os demais vereadores tomaram conhecimento do veto após serem contatados pelo Executivo. Diante disso, Gustavo questionou a funcionária Sueli sobre o recebimento de documentos oriundos da Prefeitura nos dias 22 e 29 de dezembro de 2025. Sueli confirmou o recebimento e informou que todos os

Suz Paulo Silva



CÂMARA MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

documentos foram repassados à assessora jurídica à época, Chimenne. A partir dessas informações, iniciou-se a busca pelos vetos. Um deles foi localizado na pasta de vetos, enquanto o outro foi encontrado na pasta de leis sancionadas. Durante a reunião do dia 04 de março de 2026, os vereadores questionaram o então presidente da época, vereador Sormani, sobre seu conhecimento a respeito dos vetos. Sormani, por sua vez, afirmou não ter recebido qualquer informação sobre os referidos vetos. Tal situação gerou grande questionamento entre os vereadores, uma vez que a Câmara se encontrava em uma posição delicada, com o prazo praticamente esgotado para a apreciação e votação dos vetos. O vereador Sormani declarou que o ano de 2025 foi marcado por um trabalho bastante tumultuado. Afirmou que, ao assumir a presidência, buscou adotar uma condução mais correta e organizada em relação aos anos anteriores. Segundo ele, ao receber os projetos, estes eram encaminhados à assessoria jurídica para análise e, posteriormente, remetidos às comissões permanentes, as quais possuem prazo para emitir parecer, possibilitando, assim, a inclusão das proposições em pauta. Sormani afirmou, em um primeiro momento, que tinha conhecimento dos vetos, alegando que caberia à assessora jurídica da época o encaminhamento desses às comissões competentes, para análise e posterior apreciação e votação. Entretanto, ao ser novamente questionado pelo atual presidente, Gustavo, sobre seu efetivo conhecimento dos vetos, o vereador Sormani declarou que não tinha ciência dos mesmos e que não houve, de sua parte, qualquer intenção de impedir ou retardar a tramitação de veto. Dessa forma, estabeleceu-se um conflito de versões, ficando a palavra do vereador em contraposição à da assessora jurídica da época. O presidente Gustavo, então, apresentou pedido de desculpas à senhora Chimenne pelo constrangimento causado, uma vez que tanto ele quanto os demais vereadores não tinham ciência da situação envolvendo os vetos. Chimenne manifestou seu descontentamento, afirmando que se sentiu prejudicada, uma vez que sua imagem teria sido afetada pelos acontecimentos. Ressaltou que, caso não apresentasse esclarecimentos à população, poderia ser interpretada como responsável pelos fatos. Por fim, declarou que, diante das versões apresentadas, caberia a cada um formar seu próprio entendimento, considerando que há divergência entre sua palavra e a do vereador Sormani. Na sequência, Chimenne apresentou algumas denúncias e solicitações, requerendo que os vereadores realizem fiscalização com maior profundidade e dedicação. Inicialmente, destacou a situação da Farmácia Popular do município, relatando a falta de diversos medicamentos, inclusive os mais básicos, o que tem prejudicado a população. Como segunda denúncia, mencionou a dificuldade enfrentada por pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada), que necessitam de transporte, ressaltando que o veículo da assistência social não está autorizado a realizar o transporte de pacientes. Na terceira manifestação, apontou problemas relacionados ao trânsito na Avenida Inconfidência, no trecho compreendido entre a Casa Paroquial e a antiga escolinha Tia Dade, solicitando atenção e providências por parte do poder público. Por fim, questionou a proibição da realização do Arraial dos Gabirobas nas proximidades do Santuário de Santa Rita de Cássia. Destacou que, tradicionalmente, as festividades do município têm liberdade para ocorrer nos locais desejados, motivo pelo qual busca esclarecimentos sobre a razão pela qual o referido arraial não pôde ser realizado no local onde sempre ocorreu. Em seguida, foi concedido o uso da palavra ao Sr. Reinaldo Daniel Silva, que solicitou aos vereadores que não intimidassem as



CÂMARA MUNICIPAL DE RITÁPOLIS

mulheres. Reinaldo afirmou ter presenciado situações em que as senhoras Paula Cristina Santos e Chimenne Guimarães Resende teriam sido coagidas no interior da Casa Legislativa pelos vereadores Matheus e Sormani. Por fim, ressaltou a importância de que as mulheres sejam respeitadas, protegidas e não submetidas a qualquer forma de intimidação. O vereador Matheus afirmou que, em nenhum momento, intimidou a senhora Paula ou qualquer outra mulher ou colega. Esclareceu que apenas realizou questionamentos acerca do cargo de Paula, os quais, segundo ele, já foram devidamente respondidos, razão pela qual considerou encerrados seus questionamentos sobre o tema. Na sequência, o presidente abriu a palavra para manifestações em assuntos gerais. Na ocasião, o vereador Edir Bonifácio reforçou solicitação ao Poder Executivo quanto à necessidade de manutenção e conservação das estradas vicinais, em razão das constantes demandas e cobranças por parte da população. O vereador acrescentou que se encontra desgastado diante da situação, tendo em vista que os vereadores apresentam constantes cobranças ao Poder Executivo, as quais, segundo ele, não têm sido devidamente atendidas. O vereador Sormani também solicitou atenção do Poder Executivo em relação à Avenida Inconfidência, especialmente no trecho em frente à Escola Estadual Padre Crispiniano. Destacou a necessidade de melhorias na sinalização do local, relatando já ter presenciado uma criança atravessar a via correndo e ser atropelada. Ressaltou que, apesar de o ocorrido não ter resultado em consequências graves, há risco de que situações semelhantes possam ocasionar acidentes mais sérios. Registra-se que, em razão da extensão dos debates, intervenções simultâneas e questionamentos diversos ocorridos durante a presente sessão, nem todas as falas puderam ser transcritas integralmente nesta ata. Ressalta-se, contudo, que a íntegra dos trabalhos encontra-se devidamente registrada em meio digital, por meio da gravação/transmissão oficial da sessão, a qual permanece arquivada nesta Casa Legislativa e poderá ser acessada por qualquer interessado, mediante requerimento formal. Nada mais havendo a ser tratado, às vinte e uma horas e quarenta e quatro minutos, o Presidente declarou, em nome de Deus, encerrada a sessão. E, para constar, sob supervisão do 1º Secretário, foi lavrada a presente ata que, após aprovada, será assinada pela Mesa Diretora e pelos demais vereadores.

Sala das Sessões, 18 de março de 2026.

Luiz Paulo Silva